



SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA: UMA EXPERIÊNCIA PERIGOSA

Luana Vieira Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: luana_dap@hotmail.com

Luci Mara Bertoni

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: profaluci@uesb.edu.br

Letícia Germano Ferreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: 201912189@uesb.edu.br

2797

A adolescência é uma fase em que os sujeitos anseiam por mais autonomia para viver experiências que afirmam sua identidade e suas escolhas que direcionam sua vida, seja para o futuro e seu papel social, seja para o prazer. Diante disso, algumas escolhas podem ser mais arriscadas que as outras, como o uso de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, podem representar para alguns apenas uma curiosidade ou um lazer, mas para outros pode levar para um caminho contrário a autonomia: a dependência.

Atualmente, o uso de substâncias psicoativas entre adolescentes, segundo a pesquisa do (IBGE, 2021), tem sido frequentemente utilizada para socialização e, por algumas pessoas, para lidar com emoções difíceis. À medida que os índices de ansiedade, medo, depressão, tédio e incerteza passaram a ser mais observado durante a pandemia, o consumo de substância psicoativa também aumentou, apesar do fechamento de bares, restaurantes, boates e festas, esse consumo teve a se intensificar cada vez mais, principalmente por adolescentes e jovens.

Pesquisas brasileiras em saúde apontam para o fato que alunos entre 13 e 17 anos de instituições públicas e privadas mostram contanto precoce com bebidas alcoólicas sendo que 63% dos estudantes entre 13 e 17 anos já experimentaram algum tipo de substância lícita ou ilícita. Através do uso destas substâncias ocorre os transtornos mentais, frequentemente causados na adolescência e, muitas vezes, ocorrem concomitantemente, contribuindo para vários problemas de saúde, acarretando a vida dos adolescentes várias incapacidades físicas e psicológicas (POTON, 2018).

Uma vez que as pesquisas sobre o tema de dependências de substâncias psicoativas evidenciam sua multifatorialidade, ligados a fenômenos sociais, políticos e



culturais, bem como questões individuais e subjetivas. Pois segundo Aratangy (1998), qualquer ser humano tem características para desenvolver a dependência. Diante disso, o presente trabalho questiona a condição de adolescência como uma condição favorável ao comportamento de risco, e, portanto, tem como objetivo identificar possíveis características da adolescência que contribui para maior vulnerabilidade para comportamento de risco como uso abusivo de substâncias psicoativas.

De forma qualitativa e na perspectiva psicossocial, esta pesquisa propõe-se a fazer um estudo bibliográfico sobre o tema da adolescência e sua correlação com a vulnerabilidade para desenvolver comportamento de usos abusivo de substâncias psicoativas, a partir de um olhar da sociologia, da psicanálise e da neurociência.

Estudos mostram que, durante muito tempo na história, não havia um conceito que caracterizasse a fase de desenvolvimento da adolescência - que vem do latim *ad* (para) e *olecer* (crescer) – crescimento do sujeito. Tal concepção surgiu depois do séc. XVIII, como resultado da complexidade da sociedade moderna industrializada (ARIES, 1986). Na Idade Moderna o Estado passa a interferir na esfera social, com proteção à criança e aos adolescentes, e com o Iluminismo, a valorização do homem e da racionalidade, a adolescência ganha *status* de estágio de desenvolvimento. E, nesse mesmo século, com o advento da Revolução Industrial e as profundas transformações sociais surge à família nuclear e o ensino obrigatório, retardando a incorporação do adolescente ao universo adulto e ao mercado de trabalho (ANDRADE, 2015).

Na ciência, existem várias definições de adolescência, que vão desde explicações biológicas de desenvolvimento a um processo histórico e social (OZELLA, 2002). Ao estudar adolescência, observa-se que as características do desenvolvimento psicossocial não são universais e varia conforme a cultura. Portanto é correto falar de adolescências, no plural, que sofre interferência múltiplas do contexto sociocultural, da família e grupos de pertencimento, e da singularidade de cada indivíduo.

Para alguns estudiosos da sociologia e antropologia como Bock (2007) a adolescência é uma construção social e não um período natural de desenvolvimento, e tal definição é construída historicamente a partir de significações impostas pela sociedade, que colabora e, muitas vezes, determina a construção da identidade do sujeito. Assim, há uma dialética entre sociedade e indivíduos, na qual um contribui na construção do outro.

Na perspectiva biológica, estudos em neurociência, aponta para condição neurológica imatura do sistema inibitório do adolescente pode afetar o julgamento



frente a situações que gera impulsividade. A incapacidade de controle do sistema de recompensa, supracitado, leva-os a uma busca incessante pelo prazer e pela novidade. Bem como, podem gerar sentimentos de ansiedade, tornando-os suscetíveis ao uso abusivo de substâncias psicoativas ilícitas ou lícitas, para evitar sentimentos desagradáveis e para gerar prazer (PINSKY E BESSA (2004)

Para a psicanálise, na adolescência há um aumento do narcisismo, resultante da retirada da energia libidinal dos pais para o Eu, centrado em si e no auto engrandecimento, provoca prejuízos na percepção do mundo e nos julgamentos, fazendo com que estes não percebam os riscos aos quais são submetidos. A adolescência é marcada pelo despertar do prazer, e intensificação de suas experiências e sensações, pela qual parte para uma tentativa de completude superação de suas imperfeições, e em nome disso, podem assumir um comportamento transgressor, como o uso de psico-substâncias (BUCHER 1992)

Portanto, os comportamentos de risco acontecem no momento que o vazio assombra o adolescente que, na busca de tutela e autonomia para construção de sua identidade, testa fronteiras. Tal condição de vulnerabilidade a desenvolver uma conduta de risco pode ser uma solicitação simbólica da morte, ou uma forma de assegurar sua existência e de situar-se no mundo (LACADÉE 2011).

O termo vulnerabilidade vem dos direitos humanos, para “designar grupos ou indivíduos fragilizados e suscetível, em risco de sofrer danos e incapazes de proteger seus próprios interesses (PESSALACIA, MENEZES E MASSUIA 2010). Atualmente, o conceito de vulnerabilidade é amplamente utilizado em diferentes áreas do conhecimento, de forma multidimensional e transdisciplinar.

Isto posto, vimos que uma das formas de manifestação de suas inquietações e contestação na adolescência é a conduta de risco, como os usos de substâncias psicoativas de forma abusiva, o que pode ser resposta dos seus conflitos individuais-psíquicos, bem como do seu contexto social, catalisando e exteriorizando as tensões sociais, como um “retrato projetivo da sociedade” (FEFFERMANN 2006, p. 13). Sendo portanto, necessário que esta fase seja assistido pela família e instituições como escola e Estado (PINSKY e BESSA, 2004).

Atualmente no Brasil, os adolescentes são considerados como sujeitos de direitos e, a partir das mudanças da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) e do ECA (BRASIL, 1990) houve inúmeras inovações na área de políticas públicas, considerando a infância e a adolescência como prioridade absoluta, merecedora de



proteção integral por parte da família, sociedade e Estado, com a criação de uma rede de atendimento e de políticas voltadas para o cuidado. Todavia, essas políticas não garantem total proteção, e segundo as pesquisas, não tem impedido o aumento dos usos de substâncias psicoativas pelos adolescentes.

A partir do estudo realizado, podemos compreender as características biopsíquicas e sociais da adolescência, que contribui para uma maior fragilização dos sujeitos ao comportamento de risco, como uso abusivo de substâncias psicoativas. É importante, porém destacar que tais características não são universais, e cada sujeito vai experimentar essas fases a partir do seu contexto social, familiar e pessoal.

Porém, diante do exposto, a experiência com substâncias psicoativas na adolescência pode ser mais perigosa do que em outra fase onde o sujeito sofre menos influência do meio e já estabeleceu sua identidade e seu posicionamento na vida. Portanto, apesar de ser um tema de interesse acadêmico, faz necessário estudos correlacionais que considere todas as dimensões dos sujeitos adolescentes, para que a sociedade possa ter informações suficientes para implantar políticas públicas de prevenção e proteção para dependências de substâncias psicoativas.

2800

PALAVRAS CHAVES: Adolescência. Vulnerabilidade. Substâncias psicoativas.

REFERÊNCIAS

ARATANGY, L. R. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

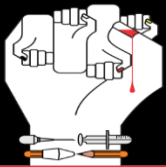
ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Volume 11, N. 1 janeiro/junho 2007, p. 63-76. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>>. Acesso em nov. 2016.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BUCHER, R. **Drogas: o que é preciso saber**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1992.



FEFFEMANN, M. **Vidas arriscadas**: um estudo sobre jovens inscritos no tráfico de drogas. São Paulo: Vozes, 2006.

IBGE. (2021). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019**. Rio de Janeiro.

LACADEÉ, P. **O despertar e o exílio**: ensinamentos psicanalíticos a da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2011.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. (Org.). **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p.16-24.

PESSALACIA, J. D. R.; MENEZES E. S. de M.; MASSUIA, D. Vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras** - Artigo de Reflexão vulnerabilidade e adolescência. Centro Universitário São Camilo – 2010.

PINSKY, I.; BESSA, M. A. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

POTON, W. L. Problemas de comportamento internalizantes e externalizantes e uso de substâncias na adolescência. **Cadernos de Saúde Pública**, 2018. 01-16.

2801

Realização:



Apoio:

